

LAÇOS FAMILIARES E AMIZADE EM CONTEXTOS DE POLARIZAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA FRAGILIDADE DOS VÍNCULOS E DAS POSSIBILIDADES ÉTICAS DE CONVIVÊNCIA

FAMILY AND FRIENDSHIP BONDS IN CONTEXTS OF POLITICAL POLARIZATION: A CRITICAL ANALYSIS OF THE FRAGILITY OF TIES AND THE ETHICAL POSSIBILITIES OF COEXISTENCE

 <https://doi.org/10.63330/armv2n7-004>

Submetido em: 13/07/2026 e Publicado em: 16/07/2026

ARM: e261932

Marco Antônio Teixeira de Paula
Mestrando em Teologia pela Faculdades EST

Silvia Clícia Corrêa dos Santos de Paula
Mestranda em Teologia pela Faculdades EST

Resumo

Este artigo problematiza a resistência dos laços familiares e das relações de amizade em contextos de polarização política, analisando os impactos das divergências ideológicas sobre os vínculos afetivos contemporâneos. A partir de uma abordagem teórica interdisciplinar e de uma revisão bibliográfica fundamentada em Zygmunt Bauman, Hannah Arendt, Emmanuel Levinas, Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu e Paulo Freire, discute-se a crise contemporânea dos vínculos, a centralidade da alteridade e o esvaziamento das mediações dialógicas na esfera privada. Argumenta-se que, embora a política operacionalize como um fator intensificador e catalisador de conflitos latentes, a ruptura dos vínculos microsociais não decorre exclusivamente da divergência ideológica *stricto sensu*, mas sim de uma nova performance macroestrutural mais ampla nas formas de sociabilidade e subjetivação tardo-modernas. O tensionamento dessas inter-relações revela a transição de laços de solidariedade orgânica para conexões fluidas e utilitaristas. Conclui-se que a preservação e a manutenção dessas inter-relações essenciais exigem uma reconfiguração ética, fundada no acolhimento radical da alteridade e na edificação do espaço dialógico para além das paixões identitárias.

Palavras-chave: Alteridade; Amizade; Diálogo; Família; Polarização política; Vínculos sociais.

Abstract

This article problematizes the resilience of family bonds and friendship relations in contexts of political polarization, critically analyzing the impacts of ideological divergences on contemporary affective ties.



Drawing on an interdisciplinary theoretical approach and a literature review grounded in Zygmunt Bauman, Hannah Arendt, Emmanuel Levinas, Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, and Paulo Freire, it discusses the contemporary crisis of bonds, the centrality of alterity, and the depletion of dialogical mediations within the private sphere. It is argued that, although politics operates as an intensifying factor and a catalyst for latent conflicts, the rupture of microsocial ties does not stem exclusively from ideological divergence *stricto sensu*, but rather from a broader, macrostructural performance in late-modern forms of sociability and subjectivation. The tension within these interrelations reveals a transition from bonds of organic solidarity to fluid and utilitarian connections. The study concludes that the preservation and maintenance of these essential interrelations require a profound ethical reconfiguration, founded on the radical acceptance of alterity and the building of a dialogical space that transcends identity-based passions.

Keywords: Alterity; Dialogue; Family; Friendship; Political polarization; Social bonds.

1 INTRODUÇÃO

A intensificação da polarização política nas sociedades contemporâneas tem produzido efeitos deletérios de amplitude plural que perpassam as fronteiras das instituições macroestruturais e alcançam, com violência inédita, a esfera íntima e subjetiva das inter-relações humanas. Famílias historicamente coesas se fragmentam em trincheiras de projeções ideológicas, amizades consolidadas por décadas desconfiguram-se diante de discordâncias partidárias e os vínculos de afeto passam a ser mediados por entraves dogmáticas intransponíveis. Esse cenário conflitante notório cotidianamente, sugerindo que as paixões políticas contemporâneas operacionalizem não apenas como visões de mundo divergentes, mas como forças centrífugas capazes de desestruturar as estruturas sociais mais elementares da vida privada.

Entretanto, uma análise sociológica e filosófica mais criteriosa exige evitar explicações simplistas ou puramente conjunturais que reduzem o fenômeno a uma mera incompatibilidade de opiniões eleitorais. A política, por si só, não possui o condão de aniquilar a densidade afetiva de uma vida compartilhada; ela atua, fundamentalmente, como um reagente que expõe fragmentações previamente existentes. Nesse contexto, coloca-se a seguinte questão norteadora: o que há nas condições sócio-históricas contemporâneas que transforma a divergência intelectual em ruptura relacional irreconciliável? Como as estruturas de subjetivação atuais desaprenderam a lidar com o dissenso sem caminhar para o aniquilamento do Outro?

Parte-se da hipótese de que a fragilização dos vínculos interpessoais em contextos de polarização política está profundamente inserida em um processo mais amplo e endêmico de reconfiguração social. Este processo é evidenciado pelo imperativo da individualização pujante, pela obsolescência das mediações simbólicas tradicionais e por uma incapacidade psíquica e cultural de sustentação do conflito inerente à pluralidade humana. Assim, a polarização não cria a fragilidade relacional, mas a instrumentaliza,



transformando o debate público em um espelho da liquidez que corrói as dinâmicas de pertencimento e solidariedade na contemporaneidade.

2 MODERNIDADE LÍQUIDA E FRAGILIDADE DOS VÍNCULOS

A compreensão da instabilidade que acomete as relações afetivas contemporâneas encontra no cerne sociológico de Bauman (2001) um referencial explicativo de centralidade indiscutível. Segundo o autor, a transição da modernidade sólida para a modernidade líquida provocou a dissolução das estruturas institucionais fixas que outrora eram garantidores da perenidade e a previsibilidade dos papéis sociais. Nesse novo contexto, marcado pela desregulamentação mercantil e pelo individualismo sistêmico, os vínculos humanos perdem sua solidez institucional e passam a ser moldados pela lógica do consumo, caracterizando-se por serem instáveis, provisórios, facilmente reversíveis e desprovidos de garantias de médio e longo prazo.

As inter-relações humanas na modernidade líquida são assinaladas por sua fluidez intrínseca e pela fragilização da capacidade individual de manter compromissos duradouros. O Outro passa a ser avaliado por uma série de fatores que não estão vinculados à sua essência, mas à sua imagem (Klemz, 2023; 2025), ao seu valor de mercado, e assim por diante. O Outro é visto a partir de uma matriz de custo-benefício emocional, onde o investimento afetivo deve gerar satisfação imediata e egocêntrica, sem os ônus associados à renúncia ou à negociação de diferenças. Como afirma Bauman (2004, p. 45-46), os laços tendem a ser substituídos por conexões puramente instrumentais, de modo que a dificuldade de gerenciar conflitos e divergências ideológicas empurra os sujeitos para o descarte rápido do vínculo, preferindo a desconexão à dolorosa tarefa de tecer o consenso.

Neste contexto de vulnerabilidade estrutural, a divergência política deixa de ser percebida como um elemento saudável do debate público e democrático transmutando-se em um fator fulminante de ruptura afetiva. A diferença ideológica desafia diretamente as expectativas modernas de reconhecimento mútuo e validação egocêntrica constante dentro das carapaças relacionais. Desse modo, a incapacidade generalizada de sustentar inter-relações em meio ao conflito conceitual não deve ser lida como uma falha moral meramente individual, mas sim como um sintoma estrutural de uma sociedade que mercantilizou o afeto e desaprendeu a habitar a divergência da alteridade.

3 POLARIZAÇÃO POLÍTICA COMO FENÔMENO RELACIONAL

A polarização política contemporânea não pode ser reduzida à simples e legítima divergência de opiniões ou à mera alternância programática de partidos no poder. Trata-se, em termos sociológicos, de um fenômeno relacional e identitário profundo que reorganiza as subjetividades, produz novas formas de pertencimento tribal e redefine os limites simbólicos entre o "Nós" idealizado e o "Eles" demonizado. A



polarização operacionaliza como uma gramática social totalizadora, que coloniza as instâncias da vida cotidiana e exige das pessoas uma adesão dogmática e performática a pacotes fechados de crenças e valores existenciais.

Quando posições políticas assumem o papel de identidades nucleares e rígidas, discordar do posicionamento alheio deixa de ser um exercício intelectual ou programático e passa a ser tomado como uma ameaça existencial direta à integridade do Eu. Esse transitar do debate no campo das ideias para o campo da sobrevivência psíquica explica por que os conflitos políticos contemporâneos possuem um impacto devastador nas inter-relações de proximidade primária, especialmente na seara familiar. O fragmentar de expectativa de que o núcleo familiar compartilhe dos mesmos mitos identitários gera um sentimento de traição ontológica, transformando a mesa de jantar em um tribunal desagregador e de inquisição ideológica.

Ademais, a polarização relacional é potencializada pelas arquiteturas das plataformas digitais, que mimetizam e maximizam a hierarquização social através de algoritmos de engajamento baseados na indignação. As redes sociais educam as pessoas para o maniqueísmo, contemplando a agressividade e a purificação ideológica do ambiente virtual. Quando essa mesma lógica de cancelamento e exclusão é transposta para o mundo concreto das amizades e dos laços consanguíneos, o indivíduo, desprovido de ferramentas para mediar a contradição, recorre à eliminação do dissenso por meio do silenciamento ou do rompimento definitivo, consolidando a vitória do tribalismo político sobre a comunhão afetiva.

4 POLÍTICA E PLURALIDADE

A densa reflexão filosófica de Hannah Arendt (2007), oferece um contraponto crítico elementar e balizador para diagnosticar o esvaziamento da dimensão pública que reverbera diretamente nas franjas da vida privada. Para a autora, a política não se reduz à disputa pelo aparato estatal ou à gestão burocrática do poder, mas nasce e se justifica unicamente a partir da pluralidade humana. A pluralidade, na perspectiva da autora, é a condição ontológica fundamental da ação e do discurso, pressupondo a coexistência de seres que, sendo intrinsecamente iguais enquanto humanos, são radicalmente distintos em suas trajetórias, olhares visionários e interpretações sobre o mundo.

Viver politicamente significa, portanto, habitar um contexto de aparição mútua onde os indivíduos podem manifestar sua singularidade por meio da palavra e da ação. Como pontua Arendt (2007, p. 16), a pluralidade constitui a lei da Terra, pois habitamos um mundo compartilhado com outros que veem as coisas sob ângulos necessariamente diversos dos nossos. O empobrecimento dessa política contemporânea habita justamente na recusa dessa condição: a polarização radical busca apagar as nuances da pluralidade em nome de uma homogeneidade totalitarista que exige a supressão do pensamento divergente e a uniformização das perspectivas.



Sob essa ótica, o colapso dos vínculos familiares e das amizades decorre do risco iminente, já alertado por Arendt, da perda do mundo comum. Quando as mediações ideológicas destroem o contexto intermediário que simultaneamente une e separa as pessoas, o mundo comum desestrutura, deixando os indivíduos isolados em suas próprias certezas solipsistas. Sem um solo compartilhado onde o pluralismo possa ser encenado e integrado como riqueza constitutiva e contributiva da experiência humana, a convivência na diversidade torna-se impossível, restando apenas o isolamento defensivo e a hostilidade mútua que fragmentam e fragilizam as relações mais íntimas. Ocorre a exclusão das pessoas porque, neste contexto, pensam de forma diferente. (Klemz, 2019; 2023b).

5 CRISE DO DIÁLOGO E RACIONALIDADE COMUNICATIVA

A teoria da ação comunicativa formulada por Jürgen Habermas disponibiliza dispositivos conceituais necessários para compreender como a polarização política oxida as bases pragmáticas do entendimento intersubjetivo. Habermas distingue a ação estratégica voltada para o sucesso individual, para a manipulação e para a dominação do interlocutor da ação comunicativa, cujo tê-los intrínseco é o alcance de um consenso direcionado a racionalidade como elemento motivacional e livre de coerções. Em contextos hiperpolarizados, assiste-se ao eclipse nefasto da ação comunicativa na esfera privada, onde a outra pessoa deixa de ser considerado um (uma) parceiro(a) legítimo de elocução e passa a ser tratado como um algoz a ser neutralizado ou convertido.

O entendimento mútuo, conforme postula a pragmática do autor, exige que os participantes de uma interação estejam genuinamente dispostos a submeter suas pretensões de validade (verdade, retidão e sinceridade) ao livre exame do melhor argumento, operando em condições de estrita igualdade comunicativa (Habermas, 2012, p. 87). Contudo, a paixão ideológica reconverte o debate em ação estratégica pura, permeada de distorções sistemáticas da comunicação. O diálogo é substituído por monólogos paralelos e agressivos, onde as evidências empíricas e a coerência lógica são sumariamente sacrificadas no altar da reafirmação dogmática de certezas pré-estabelecidas, por um determinado grupo ou pessoa.

Essa degradação do contexto comunicativo compromete de forma crônica não apenas a qualidade do debate institucional na esfera pública ampla, mas sabota a própria possibilidade da convivência microbásica no cotidiano das famílias e das amizades. Quando as pessoas fecham os canais de escuta e passam a operacionalizar sob a égide da suspeita sistemática e da desqualificação a priori da fala do Outro, rompe-se o acordo de linguagem mínimo que estabiliza a integralização humana. O esvaziamento da racionalidade comunicativa joga as inter-relações afetivas em uma ou várias lacunas de sentido, onde a violência verbal ou o silêncio hostil tornam-se as únicas respostas possíveis à diferença.



6 ALTERIDADE E RESPONSABILIDADE ÉTICA

Diante do colapso das mediações racionais e comunicativas, a filosofia da alteridade de Emmanuel Levinas (1980) emerge como uma provocação radical e disruptiva, invertendo a primazia tradicional do conhecimento sobre a ética. Desta forma, argumenta o autor que a tradição filosófica ocidental historicamente buscou a totalização, isto é, a redução do Outro ao Mesmo por meio da compreensão conceitual. Em contraponto a esse movimento de apropriação, o filósofo sustenta que a ética é a filosofia primeira, emergindo não de um contrato social ou de uma concordância ideológica prévia a ser seguida, mas da congruência imediata, concreta e assimétrica com a vulnerabilidade do Outro.

Na ontologia mencionada pelo autor, o Rosto do Outro apresenta-se como uma epifania que escapa a qualquer tentativa de categorização ou rotulação política. O Rosto impõe uma exigência ética incondicional e transcendente que antecede e independe de qualquer forma de compreensão intelectual ou alinhamento programático (Levinas, 1980, p. 199). O Rosto diz "não matarás", o que, em termos de convivência cotidiana, traduz-se no imperativo ético de não aniquilar a dignidade e a existência do Outro, mesmo quando suas cosmovisões políticas e conceituais se tensionem de maneira violenta com os nossos próprios sistemas de crenças.

Aplicada criticamente à dinâmica dos laços familiares e de amizade definhados pela polarização, a ética exige uma profunda e dolorosa autocrítica. Ela postula que a legitimidade do vínculo afetivo e o dever de cuidado para com o Outro não podem ser condicionados à conformidade ideológica ou à identidade de opiniões. Romper um laço histórico devido à divergência política representa, a perspectiva de uma violência ética gravíssima: a tentativa de subordinar o mistério insondável da alteridade do Outro à tirania das nossas próprias categorias conceituais, preferindo o espelho do idêntico à responsabilidade pelo diferente.

7 ESTRUTURA SOCIAL E REPRODUÇÃO DO CONFLITO

Para evitar o risco de idealizações abstratas, a contribuição sociológica de Bourdieu convoca-nos a compreender que as formas de gerenciar e expressar o conflito político são socialmente edificadas e estruturadas pelas posições que os agentes ocupam no espaço social. O conceito do autor de *habitus* é fundamental aqui: ele designa um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, incorporado pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias de classe e socialização primária, funciona como a matriz geradora de percepções, apreciações e ações práticas cotidianas.

Dessa forma, as tomadas de posição políticas e as consequentes reações afetivas diante da divergência não nascem de escolhas puramente conscientes e flutuantes, mas refletem a disputa por capitais econômicos, culturais e simbólicos no campo social. A polarização contemporânea manifesta-se, essencialmente, como uma acirrada disputa simbólica por legitimação e poder de nomeação do mundo (Bourdieu, 1989). Quando o *habitus* político de um indivíduo entra em tensionamento com o de um familiar



ou amigo, a discussão deixa de ser trivial e passa a encenar uma luta por distinção e autoridade moral dentro do microssistema relacional, reproduzindo inconscientemente as hierarquias e tensões macroestruturais contidas e intrínsecas na sociedade contemporânea.

O conflito interpessoal passa a funcionar, portanto, como um microcosmo das lutas de classificação social. A violência simbólica que se expressa no desprezo intelectual, no deboche ou no julgamento moral do posicionamento político do parente ou amigo revela como as macroestruturas de dominação que de forma seguinte colonizam os afetos. A incapacidade de flexibilizar o dissenso no espaço familiar reflete a rigidez de habitus que foram educados para a reprodução da exclusão, demonstrando que a ruptura dos vínculos afetivos é também um reflexo da latente fragmentação de classe, cultura e reconhecimento que dilacera o corpo social como um todo.

8 O DIÁLOGO COMO PRÁTICA ÉTICA

No contexto educacional e político latino-americano, Freire reposiciona o conceito de diálogo, retirando-o de uma acepção puramente técnica ou dialógico e elevando-o à condição de exigência ontológica e prática ética de libertação. O diálogo não é um mero dispositivo para a transmissão de conteúdos informativos ou para o convencimento retórico do oponente; ele constitui o próprio ato criador e transformador através do qual as pessoas pronunciam o mundo, humanizando-se mutuamente no processo de co-construção da realidade histórica.

O verdadeiro diálogo é rigorosamente exigente e pressupõe condições existenciais profundas e contínuas. Não há diálogo autêntico se não há um amor profundo ao mundo e aos homens, uma humildade radical que reconheça as próprias limitações epistemológicas, e uma fé inabalável na capacidade humana de criar e recriar o sentido da existência (Freire, 1987, p. 45). Sob essa ótica crítica, a polarização política contemporânea representa a antítese absoluta do dialogismo de Freire, na medida em que se alimenta da arrogância de se julgar detentor exclusivo da verdade histórica e da desumanização prévia daqueles que habitam o campo oposto.

A reintrodução da perspectiva de Freire nas inter-relações familiares e de amizade exige o superar da mera "comunicação bancária" e antidialógica que impera nos debates polarizados. O diálogo ético nas inter-relações privadas impõe que se olhe para o familiar ou amigo divergente não como um repositório de ignorância a ser iluminado pela nossa superioridade moral, mas como pessoa de conhecimento e experimentações legítimas. Essa didática ressignifica o encontro relacional pluralizado em uma práxis de reconhecimento mútuo, onde a palavra compartilhada visa à edificação de pontes solidárias e à emancipação mútua, recusando a facilidade autoritária da ruptura e do silenciamento.



9 TENSÕES ENTRE AFETO E IDEOLOGIA

As inter-relações familiares e os laços de amizade constituem o núcleo duro da socialização primária e secundária, sendo intrinsecamente perpassados por uma tensão dialética permanente entre a lealdade afetiva e a autonomia das convicções ideológicas individuais. Em tempos de “normalidade democrática”, essas duas dimensões coexistem em relativo equilíbrio, mediadas por zonas de silêncio respeitoso ou por concessões mútuas. Todavia, sob a pressão de uma polarização intensa e onipresente, a ideologia assume um caráter totalizante, exigindo que todas as instâncias da existência humana incluindo os afetos mais íntimos prestem vassalagem aos seus dogmas.

Quando essas dimensões entram em colapso de tensionamentos, o vínculo relacional é submetido a um teste de estresse existencial extremo para o qual as pessoas raramente estão preparadas. A manutenção e estabilidade da relação passa a depender da complexa capacidade psicológica e intelectual de operacionalizar uma distinção crítica entre o valor intrínseco da pessoa humana e a volatilidade de seus posicionamentos políticos conjunturais. No entanto, a engrenagem afetiva da polarização sabota essa distinção, atuando em uma fusão abusiva onde o Outro passa a ser integralmente definido pelo pior caracteriza-los (as), defini-los(as) a partir de sua escolha partidária, transformando o pai, o irmão ou o amigo de infância em um inimigo social abstrato, outrora concreto.

Essa colonização do afeto pela ideologia produz um esvaziamento da memória afetiva social e familiar compartilhada. Histórias de vida, sacrifícios mútuos e cumplicidades edificadas ao longo de anos são subitamente apagados ou desidratados diante do veredicto de uma divergência eleitoral. A possível incapacidade de blindar a esfera afetiva contra os entraves do debate político público denuncia a fragilidade de subjetividades que, desprovidas de uma ancoragem existencial sólida, buscam na rigidez ideológica a segurança identitária que não conseguem sustentar através da maturidade emocional do amor e da aceção da contradição.

10 CRÍTICA À NATURALIZAÇÃO DA RUPTURA

Na ambiência cultural presente e atuante na contemporaneidade, tem-se observado com preocupação um processo de rápida naturalização e legitimação social da ruptura dos vínculos afetivos como uma resposta supostamente saudável, autônoma e madura à divergência política. Discursos correntes nas redes sociais e até mesmo certas psicologizações superficiais frequentemente incentivam o "afastamento de pessoas tóxicas", englobando nessa categoria elástica qualquer indivíduo que professe visões de mundo dissonantes. Essa tendência revela, sob uma análise sociológica crítica, uma profunda e alarmante regressão na capacidade civilizatória de lidar com o conflito inerente à vida em comunidade.

Do ponto de vista de uma teoria crítica das relações sociais, torna-se imperativo problematizar se essa facilidade em romper laços históricos representa, de fato, um exercício da autonomia subjetiva ou se,



ao contrário, denuncia uma extrema fragilidade relacional e um analfabetismo democrático latente. A naturalização do corte afetivo camufla a capitulação da pessoa diante da lógica mercantil da modernidade líquida: em vez de enfrentar o trabalho complexo, doloroso e dialético de mediar o conflito, de negociar sentidos e de tolerar o tensionar da diferença, o indivíduo contemporâneo opta pela solução de menor resistência psíquica, que é a eliminação pura e simples do elemento dissonante do seu campo de visão.

Essa cultura do descarte relacional alimenta um processo cíclico que pode ser caracterizado como autorreprodutivo perigoso. Ao romper com os familiares e amigos que divergem de seus posicionamentos, os indivíduos encerram-se em câmaras de eco e carapaças homogêneas de consensualidade artificial, onde o pensamento crítico fenece por falta de contraste. A ruptura dos vínculos, portanto, longe de ser um ato de libertação ou afirmação de valores éticos, constitui um sintoma de empobrecimento existencial, que enfraquece a resiliência psíquica coletiva e pavimenta o caminho para o afastar definitivo da solidariedade social, transformando a sociedade em um arquipélago de mônadas hostis.

11 POSSIBILIDADES DE CONVIVÊNCIA NA DIFERENÇA

A despeito da gravidade do diagnóstico sociológico e das profundas tensões que perpassam o âmago relacional contemporâneo, a postulação de caminhos analíticos e práticos para a preservação e regeneração dos vínculos afetivos na diferença constitui um imperativo ético e político inadiável. A preservação dos laços familiares e de amizade não deve apelar para uma harmonia artificial ou para um silenciamento hipócrita das divergências, mas sim para a edificação de uma práxis relacional que se inicia pelo reconhecimento radical da alteridade. No liame do pensamento de Levinas (1980), esse movimento exige a aceitação de que o Outro possui uma dignidade ontológica que precede e transcende suas escolhas ideológicas correntes. Trata-se de recusar categoricamente qualquer tentativa de redução do ser humano a rótulos políticos, compreendendo que a complexidade de quem amamos não cabe no maniqueísmo das disputas partidárias, estabelecendo um limite ético intransponível contra a desumanização do divergente.

Essa postura ética deságua na necessidade de uma prática sistemática da escuta ativa e qualificada dentro do ambiente privado. A escuta real pressupõe a suspensão provisória do juízo condenatório e o desarmamento da pressa argumentativa que caracteriza os debates polarizados. Ao permitir que a fala do Outro seja acolhida em sua integridade e complexidade existencial, sem o filtro deformador da suspeita ideológica, restabelecem-se as bases da ação comunicativa. Em termos práticos, ouvir o familiar ou amigo deixa de ser um momento de preparação para a réplica e passa a ser um esforço sincero de compreender as angústias, os medos e as trajetórias que moldaram aquela visão de mundo específica, ainda que ela se mantenha radicalmente distinta da nossa.

Alelo a esse esforço comunicativo, o resgate substancial da memória afetiva compartilhada funciona como um poderoso amortecedor contra as paixões polarizadoras da contemporaneidade. As inter-relações



de amizade de longa data e os laços consanguíneos acumulam um patrimônio histórico de cuidado mútuo, sacrifícios, conquistas e cumplicidades que não pode ser sumariamente apagado por uma divergência conjuntural. Mobilizar deliberadamente essas lembranças e afetos fundantes nos processos interacionais cotidianas serve para lembrar as pessoas que o laço que os une possui uma raiz histórica muito mais profunda e sólida do que a volatilidade dos debates políticos atuais, permitindo que o afeto atue como um território de trégua e reconexão.

Desta forma, a ressignificação paciente do espaço dialógico apresenta-se como a síntese pedagógica dessa virada ética nas relações interpessoais. Inspirada diretamente em Freire (1987), essa ressignificação é pautada pela intensidade e humildade epistemológica de reconhecer que ninguém detém o monopólio da verdade, aliada ao amor fundamental que move a autêntica comunhão humana. O diálogo ético nas inter-relações privadas transforma o dissenso em uma oportunidade de aprendizado mútuo e alargamentos horizontais, recusando a facilidade autoritária da ruptura. Essas posturas micropolíticas não buscam eliminar o conflito ou dissolver a pluralidade de visões de mundo, mas sim permitir sua elaboração simbólica e psíquica sem que isso redunde na destruição do vínculo, provando que a densidade do afeto pode ser politicamente pedagógica e resistente à barbárie.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica e interdisciplinar desenvolvida ao longo deste artigo permite afirmar, de maneira categórica, que a polarização política contemporânea não operacionaliza como a causa eficiente e primária da destruição dos laços interpessoais, mas atua, fundamentalmente, como um poderoso catalisador e revelador de tensões e fragilidades estruturais que já se encontravam latentes nas entranhas das inter-relações humanas tardo-modernas. A precarização sistêmica dos vínculos, o esvaziamento crônico da racionalidade comunicativa e a assustadora dificuldade cultural de acolher a diferença são elementos de natureza macroestrutural que antecedem e preparam o terreno para o conflito político.

A política partidária e ideológica apenas colonizou e instrumentalizou essas vulnerabilidades existenciais, ofertando às subjetividades fragilizadas e líquidas uma falsa sensação de segurança e pertencimento por meio do abraço ao dogmatismo tribal e da eleição de bodes expiatórios dentro da própria comunidade afetiva. A naturalização da ruptura relacional diante do dissenso emerge, assim, como um tendencioso alerta sobre o empobrecimento ético de uma sociedade que confunde a purificação ideológica de seus ambientes privados com maturidade existencial, preferindo a solidão confortável das bolhas ao desafio humanizador da convivência plural.

De análise posterior, a preservação e a salvação dos laços familiares e das relações de amizade em tempos de estar em atrito, conflito e tensionamentos dependem, de forma intransigente, da nossa capacidade coletiva de sustentar o vínculo na diferença, reconhecendo o Outro como um interlocutor legítimo e



inviolável justamente no momento em que ele professa a divergência mais incômoda. Essa reconfiguração ética, que transita da ação estratégica do cancelamento para a ação comunicativa do encontro e do abraço à alteridade, apresenta-se não apenas como uma estratégia de sobrevivência psicológica no âmbito privado, mas como o próprio fundamento de uma resistência micropolítica indispensável para a reestruturação da democracia e da solidariedade social.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**, 1: racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

KLEMZ, Charles. **Inclusão transversal da diversidade humana a partir da perspectiva da educação e da teologia**. São Leopoldo, RS, 2019. 124 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2019 Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/989/2/klemz_c_tmp348.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2026.

KLEMZ, Charles. **O rosto de Cristo na diversidade humana das redes sociais digitais**. São Leopoldo, RS, 2023. 1 recurso online (177 p.) Tese (Doutorado) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2023a. Disponível em: http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/1167/1/klemz_c_td.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

KLEMZ, Charles. Inclusão ou diversidade? **Identidade!**, São Leopoldo, v. 28, n. 1, p. 385-397, jan./jun. 2023b. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/2646>. Acesso em: 27 mar. 2026.

KLEMZ, Charles. **A diversidade humana nas redes sociais digitais**: um estudo a partir da teologia. Veranópolis, RS: Diálogo Freiriano, 2025.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Tradução de José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1980.